

A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO 9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - SC

THE TEXTUAL PRODUCTION UNDER THE OPTICS OF THE MILITARY POLICIES OF THE 9TH MILITARY POLICE BATTALION - SC

Ronaldo da Silva Cruz¹

Resumo: Esse trabalho procura verificar a opinião que os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina, de Criciúma, têm da produção textual elaborada pelos próprios policiais militares sobre temas relativos às atividades ligadas ao seu trabalho. Diante desse propósito, esse exame delineia uma pesquisa documental junto aos arquivos impressos da Instituição com o fito de revelar o aspecto formal da sua área de ensino. Além disso, a investigação traça uma pesquisa bibliográfica, em que busca o alicerce teórico de autores da área, bem como o encontro de outros estudos similares sobre o ensino nas polícias militares. Por fim, a realização de entrevistas junto a um grupo de policiais militares do 9º Batalhão aproxima o estudo das respostas perseguidas, as quais demonstram que, sob a ótica dos policiais militares, a produção textual ainda é carente, todavia a qualidade do pouco que se escreve é considerada boa. As razões desse trabalho incidem na ausência de promoção à leitura, pesquisa e escrita, além do excesso de objetividade que permeiam a educação militar. Por sua vez, a indicação da boa qualidade na escrita advém do conhecimento usual que os milicianos detêm conjugado com a análise, a descoberta e a reflexão por meio da pesquisa. Conclui-se que a melhoria na produção de textos escritos por policiais militares catarinenses ocorrerá com a atualização dos documentos que gerenciam o sistema de ensino na Corporação, em que o apreço pela objetividade seja preterido pela apreensão das boas práticas leitoras e de escrita.

Palavras-chave: Policiais Militares. Opinião. Produção textual.

Abstract: *This paper searches to verify the understanding that the police officers of Santa Catarina Military Police ninth battalion, in Criciúma, have on the text production made by they own, concerning issues attached to their work. Based on this purpose, this analysis traces a documental research on the printed files of the institution, intending to reveal the formal aspect of its academic area. Furthermore, the investigation outlines a bibliographic research, in which seeks the theoretical foundation of the authors, as well as the finding of other similar studies about the education system within military polices. Ultimately, the performance of a survey along the ninth battalion police officers approaches the study to results to be pursued, which evidences that, under the view of the police officers, the academic production is still small, however the quality is considered good. The reasons to this outcome rely on absence of reading incentive, research and writing, also the excess of objectivity that surrounds the military educational process. On the other hand, the indication of good quality on writing comes from the officer's usual knowledge, together with analysis, discovery and reflection through research. It is concluded that the improvement in editing of written texts by police officers will occur with the updating of the documents that manage the corporation's education system, where the appreciation for objectivity is deprecated by awareness of a good learning and by achievement of good practices of reading and writing.*

Keywords: Police officers. Perception. Text production.

1 Mestre em Educação (UNESC - 2016); especialista em Direito (Iato sensu) (UNESC - 2005) e no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (PMSC - 2011); graduado no Curso de Formação de Oficiais pelo Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC - 2000) e em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL - 2004); Major na PMSC, exercendo a função de Sub Comandante do 9º Batalhão PM, sediado em Criciúma-SC. Professor de Direito Processual Penal e Criminologia na Unisul. Email: rscruz41273@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos vivido momentos de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, tais como: o advento da *internet*; o aumento desenfreado da telefonia móvel; a globalização; a proliferação das redes sociais, dentre outras. Toda essa atmosfera de mudança veio em uma velocidade vertiginosa e favoreceu o surgimento de novos anseios. Diante de tal fato, faz-se necessário que todas as áreas sociais busquem construir novas formas de atender a essa sociedade emergente.

Nesse contexto, a produção de conhecimento educacional, particularmente, as que estão relacionadas às pesquisas de contextos educativos, que não a escola, assume um importante papel para problematizar a atual conjuntura. Desse modo, o processo de formação de pessoal nos organismos estatais de segurança pública não foge a essa regra. Dado a necessidade de se repensar o ato de produzir e implementar as ações de segurança nas diversas áreas sociais, requer-se uma atenção nos processos educativos que se exercem nesse ambiente.

Sendo assim, o processo educativo se mostra um instrumento a ser empregado na melhoria dessa capacitação e dentro da área educacional a produção textual comporta características importantes para essa evolução. Dessa forma, conforme sugere o seu próprio título, essa pesquisa apresenta a seguinte questão-problema a ser investigada: Qual a opinião dos policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina sobre a produção de textos referentes a assuntos produzidos por membros da própria PMSC que tenham relação com a sua atividade laborativa?

Em assim sendo, delineamos como objetivo geral: Compreender e analisar a opinião de policiais militares sobre a escrita no âmbito do 9º Batalhão de Criciúma.

A título de apresentação do trabalho, vale dizer que a produção textual aqui investigada diz respeito à redação de textos feitos por policiais militares catarinenses, ou seja, não vinculando a situação de estarem servindo no 9º Batalhão de Polícia Militar. Além desse esclarecimento, de antemão devemos informar que o objeto de estudo recai sobre a produção escrita oriunda da leitura e da pesquisa de assuntos pertinentes aos serviços executados pela PM ou de temas que a Corporação está envolvida, pois interferem na tranquilidade pública.

A produção perquirida pode ser realizada tanto dentro quanto fora da Instituição, mas, para esse exame, é importante que o resultado do estudo de um policial militar de Santa Catarina tenha sido registrado em uma publicação ou em algum curso, a fim de que a produção possa ser analisada.

O artigo tem início com uma rápida apresentação dos aspectos educacionais na PMSC, para depois se enveredar em questões relativas à escrita e a visão que os policiais militares possuem sobre este tema.

2 MATERIAIS E METODOLOGIA

No campo da metodologia empregada, compreendemos nossa pesquisa como qualitativa em que, segundo Motta (2015, p. 101), o pesquisador se envolve com o processo para analisar o fenômeno, aprofundando-se no mundo dos significados das relações humanas envolvidas na pesquisa. Nessa linha, consideramos que a técnica epistemológica de pesquisa é a mais apropriada a ser aplicada. Moll conceitua essa técnica da seguinte maneira:

Epistemológica: o pesquisador irá investigar quais as condições de possibilidade para a produção do conhecimento sobre determinado tema e/ou objeto, ou seja, preocupa-se em analisar quem é o sujeito do conhecimento, qual o objeto delimitado, a metodologia, suas fontes, etc... Portanto é uma pesquisa sobre o processo de conhecimento em si (MOLL *apud* MOTTA, 2012, p. 43).

Desse modo, enxergamos que há similitude entre a definição acima citada e a proposta de investigar a publicação de textos pelos policiais militares. Do mesmo modo, vemos também que para alcançarmos um resultado que demonstre a realidade, faz-se necessário o emprego do método descritivo. Para tal, será realizado um levantamento bibliográfico, uma pesquisa documental, além de ser aplicada uma entrevista semi estruturada.

Nesse contexto, corroboramos com Motta (2012) ao afirmar que o exame bibliográfico nos proporcionará uma maior familiaridade com o problema proposto por intermédio da concatenação ordenada de procedimentos a fim de compor uma fundamentação teórica dos mais variados conceitos operacionais que comporta uma produção textual dessa envergadura.

Boaventura (2012, p. 46), por sua vez, expõe que o levantamento bibliográfico é tarefa indispensável em que vai se descobrir o que já se escreveu sobre certo tema. O mesmo autor conceitua esse método de pesquisa da seguinte forma:

É o estudo que analisa a produção bibliográfica em determinada área temática [...]. Assim, a consulta a um trabalho de revisão propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado.

Apesquisa comporta um caráter explicativo, tendo como preocupação principal a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência da produção textual, procurando saber a sua fundamentação.

Nesse âmbito, a pesquisa documental se mostra relevante a esse exame por propiciar o devido conhecimento e análise dos documentos oficiais da PM sobre seu processo educacional. Entretanto, além de explicativa, a investigação também possui uma faceta exploratória objetivando, segundo Gil (1996), proporcionar uma maior familiaridade com o problema proposto, como a entrevista com pessoas que passaram pelo mesmo problema ou a análise de exemplos para melhor compreensão do objeto. Motta (2015) complementa dizendo que essa pesquisa busca subsídios para a formulação mais precisa do problema ou das hipóteses.

Ainda no aspecto metodológico, denotamos a necessidade da realização de entrevistas junto aos membros do 9º Batalhão PM para

[...] a observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado (FUZZI, 2010).

Toda a problematização, os objetivos a serem perseguidos, a fundamentação teórico-empírica e a metodologia empreendida estarão dispostas em três capítulos. Por se tratar de uma pesquisa que abrange a área educacional, guardamos o segundo capítulo para tratar de assuntos mais ligados à prática educativa propriamente dita, inclusive abordando o hábito da leitura e da escrita. Nessa parte do estudo, autores da área educacional são recorrentemente lembrados em razão de entenderem que o aluno possui responsabilidade com o seu próprio aprendizado, algo que pode levar o indivíduo a produzir o seu próprio conhecimento por intermédio da escrita, por exemplo.

No encadeamento de tal capítulo vislumbramos a preferência pela aprendizagem em detrimento do mero ensino; o questionamento sobre a postura ideal do professor; a importância do diálogo na aprendizagem; o temor da reprodução nua e crua de pensamentos mediados por outra pessoa e o cotejamento de toda essa base conceitual com o processo educacional militar.

No terceiro capítulo apresentamos a análise do resultado das entrevistas realizadas de modo integrativo com a base conceitual construída no segundo capítulo e os documentos reguladores do sistema de educação da PMSC que estão no primeiro capítulo.

Destacamos que os aspectos metodológicos da pesquisa serão explanados mais amiúde no início do terceiro capítulo, porém cabe sucintamente adiantar que foram realizadas 7 (sete) entrevistas com policiais militares que trabalham atualmente no 9º Batalhão PM, os quais foram escolhidos de forma heterogênea. A lista de perguntas continha 7 (sete) questionamentos que procuraram extrair a opinião de cada um sobre a produção textual dos policiais militares acerca de temas afetos às atividades exercidas pela Força Policial, suas virtudes e seus vícios.

Entretanto, no início desse trabalho apresentamos, de maneira descritiva, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, pontuando alguns tópicos históricos; os principais aspectos jurídicos vinculados as suas atividades e as características mais marcantes da vida militar de forma a trazer, aos poucos, o leitor das questões meramente administrativas para o processo educacional que é promovido pela Instituição, como o seu organograma, os documentos reguladores, os princípios, etc... Desta forma, na sequência passamos a descrever a PMSC.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA PMSC

O embrião da formação policial militar catarinense ocorreu no dia 02 de dezembro de 1927 com a criação do primeiro Curso de Formação de Oficiais, sob a denominação de Curso de Preparação Militar. Já para as praças, o primeiro curso regular foi em 1934 com a nomenclatura de Curso de Formação de Sargentos.

Conquanto, a área de ensino na PMSC ganhou um sobressalto em 1965 com a criação do Centro de Instrução Policial Militar (CIPM), o qual centralizou a formação dos milicianos de todo o Estado. Com o passar dos tempos, o CIPM passou a ser chamado de Academia de Polícia Militar (APM) e, desde 1983, chama-se Centro de Ensino da Polícia Militar (CEPM), o qual abriga também a Diretoria de Instrução e Ensino (DIE) (PMSC, 2012, p. 9).

Situada atualmente no quartel do Centro de Ensino da Polícia Militar, a DIE edita anualmente dois documentos que servem de balizadores para as atividades de ensino da PMSC, a saber:

- Norma Geral de Ensino (NGE) e
- Plano Geral de Ensino (PGE).

Conceitualmente, o Plano Geral de Ensino define as atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas na Polícia Militar de Santa Catarina a cada ano, logo, nele deverão estar inscritos todos os cursos de formação e de aperfeiçoamento dos Oficiais e Praças, assim como a grade dos treinamentos, estágios e cursos de formação continuada (PMSC, 2015b).

Por sua vez, a Norma Geral de Ensino revela ter uma abrangência maior, estipulando o sistema de ensino na PM; sua finalidade; as espécies de atividades de ensino; modalidades; conceituações; princípios e regime escolar, entre outros ditames estabelecidos (PMSC, 2015a), o que torna a NGE um documento deveras importante a ser examinado nesse trabalho.

Em seu 1º artigo, a NGE traz que o sistema de ensino na PM “compreende a educação básica e o ensino profissional de formação básica e complementar” (PMSC, 2015a, p. 2). Por seu turno, o aludido ensino profissional de formação básica e complementar “tem como finalidade propiciar aos Oficiais e Praças da Corporação a necessária qualificação para o desempenho dos cargos e funções previstas para as mesmas” (PMSC, 2015a, p. 2), sendo realizado atualmente tanto no Centro de Ensino PM, quanto nas Organizações Policiais Militares espalhadas pelo Estado.

Deste último parágrafo retiramos o caráter utilitário que o ensino policial militar procurar estar pautado, algo que preocupa pelo seu imediatismo e por estar ligado ao saber-fazer.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA

De antemão, sabemos que o ato de escrever “deve ser considerado uma oportunidade para o aprimoramento de uma pessoa” (MOTTA, 2015, p. 85), algo que demanda tempo esforço intelectual e habilidades específicas que gradativamente vão sendo lapidadas.

Entendemos que a leitura e a prática da escrita são fatores que poderiam ser empregados em benefício do processo textual dos integrantes do 9º Batalhão. Para tanto, o indivíduo deveria se tornar um leitor maduro, proficiente e habilidoso no manejo de textos para se sentir desafiado e confiante a escrever.

Freire (2014a) afiança essa assertiva aduzindo que a escrita e a aprendizagem poderão ser alcançadas com o hábito regular da acurada leitura, a qual tira o indivíduo da ingenuidade e do senso comum e o leva à “curiosidade epistemológica”, a qual possui um caráter mais rigoroso. Ele ainda escreveu que trilhar esse caminho é um ato de superação cognitiva, sendo que o professor/instrutor não pode negar o direito do indivíduo de ser mais. “Quanto mais me torno rigoroso na minha prática de conhecer tanto mais, porque crítico, respeito devo guardar pelo saber ingênuo a ser superado pelo saber produzido através do exercício da curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2014a, p. 63).

Entendemos que essa instigação freireana pela curiosidade guarda uma íntima relação de causa e efeito com o quadrinômio leitura/pesquisa/escrita/aprendizagem, algo que Marques (2008, p. 21) caracteriza da seguinte forma:

São processos intercorrentes e intercomplementares, em que a leitura é vista como forma de aprendizagem, conduzidas ambas pela escrita enquanto configuração concreta das tramas conceituais, fio condutor dos estudos, de forma a que os passos dados descortinem novos horizontes, abram outras perspectivas de análise e levem novas hipóteses, interrogantes à demanda de elucidação.

Dentro dessa proposição que determina o bom leitor como alguém com uma capacidade intelectual aumentada, temos que a aprendizagem (esclarecimento) guarda íntima ligação com a prática da leitura, entretanto essa assertiva, que dá mostras de ser tão óbvia, perde seu caráter absoluto quando se conhece as diferenças entre a leitura-estudo e a leitura de informação.

Por seu turno, vemos também que as palavras educação e professor estão intrinsecamente relacionadas, pois como Freire (2014b) afirma, o pensamento correto de um professor se afirma pelo exemplo; pela correção de suas atitudes; pela diminuição da distância entre o discurso e a prática; pela consideração às diferenças individuais; pelo apreço à humildade em aprender com os alunos e pelo respeito à compreensão desprovida de métodos que a pessoa traz consigo, entre outras qualidades.

Isso posto, é interessante que o professor/instrutor não esqueça que, mesmo de forma velada, está sendo avaliado pelos alunos. Em razão disso, pois a legitimidade do verdadeiro mestre é alcançada em razão da coerência, da segurança na argumentação, da co-participação do saber e da força da dialética, algo que Freire (2014a, p. 39) sintetizou afirmando que:

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica, a quem comunica, a produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado... O pensar certo, por isso, é dialógico e não polêmico.

O desafio, conforme as palavras de Freire (2014b), é fazer um diagnóstico e propor métodos para reverter essa conjuntura de forma a serem eficientes a criar um ambiente propício para a interação e a compreensão crítica de seu conteúdo, proporcionando que o próprio sujeito (enquanto um ser inacabado) produza o seu aprendizado em conluio com o seu professor, exaltando a aprendizagem e fazendo com que a produção desse conhecimento possa ser concretizada através da escrita.

Todavia, além da co-responsabilidade que professores e alunos possuem na aprendizagem, vemos que igualmente preocupa a temática sobre a formação dos professores do meio militar.

Essa demanda é oriunda da falta um adequado referencial teórico para exercerem esse ofício, pois, via de regra, basta ter um conhecimento específico sobre certa área e ser superior hierárquico ao corpo discente, que os requisitos já serão considerados como cumpridos para estar à frente de uma sala de aula de um curso militar.

Essa constatação foi apontada por Poncioni (2014) em seus estudos, asseverando que os instrutores militares geralmente são oriundos da própria Instituição, acumulando a atividade docente com outras inerentes ao setor em que está vinculado. Poncioni (2015, p. 84), ainda nos faz lembrar a importância de um corpo de professores preparados para essa demanda:

Uma melhor qualificação profissional dos policiais militares vincula-se a figura do professor, bem como em sua forma de pensar esse aluno e de condução de sua prática educacional para a formação do operador de segurança pública [...] não há nas organizações policiais um corpo docente dedicado integralmente ao ensino e à supervisão dos estágios curriculares dos policiais em curso.

Nesse patamar, os professores militares colaborarão sobremaneira para a melhoria do poder de análise e argumentação de seus alunos, assim como se sentirão mais confiantes a fazerem aberturas em suas aulas. Nessa vereda, uma simples pergunta não é uma demonstração de desrespeito ou de descrença ao que disse o professor/instrutor, muito menos que esse aluno seja taxado de indisciplinado.

Nessa trilha, vemos que a leitura deve ser incentivada desde as séries iniciais, procurando retirar a pessoa de qualquer espécie de passividade quanto à leitura. Ocorre que, por vezes, esse impulso não é dado nas primeiras séries do ensino fundamental, o que reduz e prejudica substancialmente a formação do leitor minerador e da sua apropriação do conhecimento. Chegamos a esse raciocínio após a leitura do texto de Kleimann (2008b, p. 41) na seguinte passagem:

[...] uma consequência dessa passividade, produto de um tipo de ação do professor no contexto, é a imposição de uma leitura única, que privilegia o autor, ou o professor intérprete do autor, e que leva o aluno a aceitar sem questionar a palavra escrita, em vez de conscientizá-lo de que é possível fazer leituras múltiplas de um mesmo texto.

Raciocinamos que essa passividade também interfere bastante no ato do professor ter a incumbência de executar uma única leitura, padronizada, despótica e crente que está cumprindo o seu papel, preterindo a possibilidade de interpretação de um texto ao aluno.

Por fim, não somente o professor, mas cabe também a Instituição proporcionar um cenário propício para o verdadeiro aprendizado. Sobre esse tema, Freire (2014a, p. 121) indica o ambiente escolar como o centro de formação do saber do indivíduo, tendo a tarefa de instigar constantemente a curiosidade com o fito de aumentar a sua capacidade de discernimento das coisas e dos fatos, em nome da sua intrínseca dignidade de ser humano.

Sobre o processo educacional militar, Poncioni (2014) pensa que o mesmo comporta um aspecto limitador. Tal apontamento foi alcançado por intermédio de seu levantamento junto os cursos de formação profissional de policiais em vários Estados do Brasil. Nesse estudo, ela concluiu haver várias semelhanças, tendo como principais características:

- Molda o policial para um comportamento legalista;
- Enfatiza o preparo à repressão e não à prevenção;
- Reproduz a mesma formação profissional há algum tempo.

Aliás, essa atrofia intelectual é fielmente retratada também por Monet quando estampa que as instituições militares têm um caráter conservador e similar entre si, o que dificulta sobremaneira as mudanças que se mostram necessárias com o decorrer do tempo

A cultura policial se marca, finalmente, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, a tomada em consideração apenas dos elementos concretos e antiintelectualismo, tudo o que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incerteza, a reprodução do eterno passado congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social (MONET, 2001, p. 155).

Sobre essa questão, Redondo (2015, p. 2) expõe uma dúvida bastante pertinente, perturbadora e que se encaixa a um modelo educacional limitador: “será que é mais útil para o grupo que os novos reproduzam o saber ou entendam a necessidade dele ao praticar a sua utilidade”.

Rolim (2015) assinala que o conhecimento científico aparece como algo intangível, abstrato ou excessivamente teórico para a prática policial. Percebemos que para os estudiosos já citados o processo educacional militar prima pela objetividade, pelo pragmatismo educacional, sem se preocupar com o aprofundamento dos temas.

Essa pobreza em se fazer ciência nas organizações policiais militares foi também explanada por Santos Silva (2012, p. 13) quando expôs que “no tocante a escrita voltada para o ensino policial militar, ainda percebemos uma produção escassa, sendo que somente nos últimos anos foram desenvolvidos alguns estudos relacionados a esse ensino em todo o país”.

Brunetta (2012, p. 196) colabora afirmando que o pragmatismo educacional da PM, representado nas “experiências de aprendizagem” e no esvaziamento de conteúdos teóricos, anula as oportunidades de reflexão, principalmente no que tange ao seu papel dentro da sociedade.

Sobre a responsabilidade que o aluno deve ter com a sua própria formação, encontramos o seguinte legado de Freire (2014a, p. 24):

É preciso, sobretudo, e aí já vai um desses saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Então, o conceito de co-responsabilidade com o seu próprio conhecimento, afastando-se da dependência de outra pessoa, é algo a ser perseguido pelo aluno. Sobre esse assunto, Nascimento (2013, p. 126) afirma que “é comum, quando se questiona o desempenho dos policiais, relacionar o mau desempenho com despreparo e atribuir o despreparo a má formação”.

Em razão disso, Brunetta (2012) expõe que há hoje um consenso pela necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em segurança pública. Este movimento vem ao encontro da busca incessante do conhecimento em suas mais variadas áreas como forma de elucidação e desvelamento da verdade, segundo enunciaram Luckesi e Passos (2004).

Nesse sentido, acreditamos que o progresso cognitivo e analítico da Força Policial acontecerá com a formulação de perguntas e hipóteses, quer seja numa leitura, nas práticas de sala de aula ou com o manejo da escrita.

Entretanto, vale lembrar que a Norma Geral de Ensino da Corporação em nada exalta a importância da leitura e escrita. Nesse aspecto, entendemos que o modelo de gestão educacional na PMSC deve ser revisto, todavia não nos aprofundaremos nesse tema por não estar nos objetivos principais desse trabalho.

Além desse ponto, temos que essa carência ocasiona a cessão de espaço para que outras áreas do conhecimento humano passem a elaborar hipóteses impraticáveis de resolução dos problemas internos da Força Policial, assim como apresentem “teses messiânicas” aos óbices de segurança pública no Brasil.

Desse modo, a brancura da folha ou o piscar do cursor, não serão apavorizantes, tampouco castradores da mente inventiva do indivíduo, que escreve por gosto e fascínio. Marques (2008, p. 19) complementa dizendo do seu prazer em escrever com as seguintes palavras: “a leitura me levava aos poucos, e somente podia levar-me a escrever por gostar”.

3.3 A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO 9º BATALHÃO PM

Nesse tópico procuraremos exprimir a opinião que possuem sobre trabalhos escritos pelos milicianos sobre alguma temática atinente ao serviço da PM. Para tanto, usaremos as entrevistas feitas junto a um grupo de policiais militares que trabalham no 9º Batalhão.

Nesse contexto, trazemos o percurso metodológico que foi seguido a fim de situar o leitor sobre a forma de abordagem e de tratamento das informações coletadas. Em seguida, traçamos o perfil dos entrevistados para os conhecermos mais de perto e possamos confirmar o caráter heterogêneo das entrevistas.

O tópico ainda nos mostra o resultado das respostas mais elucidativas, as quais revelam a opinião que os entrevistados possuem da quantidade e da qualidade dos escritos produzidos por policiais militares, assim como o incentivo dado pela Corporação para a produção de textos pelos seus membros.

3.3.1 Percurso Metodológico

Em busca de melhor responder a questão-problema desse exame, fornecendo novas informações sobre o tema e, conseqüentemente, gerando novos questionamentos, foi que concebemos a necessidade de ir a campo saber a opinião dos policiais militares do 9º Batalhão sobre a produção textual de seus pares.

Essa opinião pode ser conceituada como um dado empírico, que, segundo Motta (2015, p. 101), será confrontado com a fundamentação teórica aqui apresentada para melhor explorar, interpretar e teorizar os materiais colhidos nas entrevistas.

Foi escolhida a entrevista como instrumento para coleta de dados por entendermos que ela proporciona uma maior familiaridade com a questão central de cada pergunta. Nas entrevistas, as perguntas são feitas pessoalmente pelo entrevistador e as respostas são dadas verbalmente pelo entrevistado (CRESWELL, 2007).

Ainda no que tange à entrevista, Gil (1996) explica que ela se dá por meio de um diálogo planejado entre entrevistado e entrevistador, que deve escrever as informações manifestadas para que não haja distorções futuras, o que comprometeria a análise fiel dos dados. Para Minayo (2007), a entrevista cede espaço para que o pesquisador possa captar outros aspectos que permeiam a fala do interlocutor e a partir daí, faça a descoberta de novas informações.

Quanto ao tipo de entrevista, adotamos a semi estruturada “que se organiza por meio de um roteiro parcialmente estabelecido, aplicado ao entrevistado” (MOTTA, 2012, p. 102). Entendemos ser esse tipo de entrevista o mais adequado ao trabalho porque possibilita a experiência pessoal e profissional do interlocutor, partindo de questionamentos básicos apoiado em teorias e hipóteses (TRIVIÑOS, 1995, p. 146).

Desse modo, levamos a cabo as entrevistas procurando constatar junto aos policiais militares os óbices; as potencialidades; o incentivo da Corporação; a prática da leitura e da escrita pelos policiais militares. Assim sendo, preocupamo-nos em averiguar as circunstâncias que atuam de forma determinante ou superveniente para a escrita e, dessa forma, possamos suscitar hipóteses a fim de melhor responder a questão-problema dessa pesquisa: Qual a opinião dos policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina sobre a produção de textos referentes a assuntos produzidos por membros da própria PMSC que tenham relação com a sua atividade laborativa?

Logo, tais entrevistas servem para entendermos a opinião que os policiais militares do 9º BPM têm da produção textual de seus pares com relação a temas destinados a sua atividade laborativa, a qual é o objetivo principal desse trabalho.

Anteriormente à realização das entrevistas, por uma questão procedimental, tomamos duas providências. Uma delas foi pleitear formalmente a devida autorização ao Comando Regional da Instituição para que nos concedesse a oportunidade de fazer essa pesquisa junto aos seus membros, o que foi prontamente deferido pelo Sr. Coronel PM Lênio Espíndola, Comandante da 6ª Região de Polícia Militar, sediada em Criciúma (vide anexo A).

Outra medida tomada foi a realização de um pré-teste, não almejando o alcance dos objetivos gerais e/ou específicos da pesquisa, e sim, a constatação se o instrumento empregado estava bem aferido para que possa trazer os dados esperados com a futura interlocução, conforme nos ensinam Lakatos e Marconi (2013, p. 88).

Depois dessa entrevista-piloto, as perguntas foram reanalisadas e fixadas em sete eixos para os questionamentos, sendo:

- três pautadas em critérios para se determinar o perfil do entrevistado, que foram:
 - 1) Posto ou Graduação;
 - 2) Tempo de serviço na PMSC;
 - 3) Grau de escolaridade.

- quatro em que o entrevistado exprimiu a sua forma de pensar, sendo elas:
 - 1) atividade docente/textual dentro ou fora da PMSC;
 - 2) quantidade e qualidade na produção de textos sobre assuntos afetos ao serviço da PM;
 - 3) incentivo da PMSC para a prática da leitura e escrita;
 - 4) prática educacional empreendida pela PMSC e como ela interfere na produção textual dos policiais militares

De 10 a 24 de outubro de 2015 foram executadas as sete entrevistas, que englobaram profissionais de diferentes círculos hierárquicos da vida militar, quer sejam Oficiais, Sargentos ou Soldados. Além da diferenciação por graus hierárquicos, a nominata dos entrevistados foi determinada pelo nível de escolaridade e o tempo de serviço dentro da PMSC.

A escolha por esses pressupostos é oriunda do conhecimento prévio que temos da Instituição Policial Militar, pois em mais de 22 (vinte e dois) anos de carreira presenciamos mudanças marcantes na sua forma de gestão. Essas mudanças ainda hoje provocam rompimentos de paradigma na forma de pensar e de agir dos policiais militares a depender de sua posição na escala hierárquica, seu tempo de serviço e seu grau de escolaridade, por exemplo. Dessa forma, entendemos que tais critérios não sejam os únicos balizadores, mas contribuem para o alcance dos objetivos desse trabalho.

Vale destacar que todos os entrevistados manifestaram formalmente sua inequívoca chancela (Termos de Consentimento no anexo B) com a publicidade do teor de suas respostas. Mesmo assim, as entrevistas não estão identificadas com o nome da pessoa e sim com uma numeração (vide Quadro 3). Tal procedimento foi feito para guardar maior lisura à pesquisa e deixar o entrevistado mais à vontade em suas respostas.

Para a realização das entrevistas, as pessoas foram contactadas previamente a fim de tomarem ciência do que se tratava e refletissem sobre a sua participação, havendo plena liberdade para declinar do convite, algo que não ocorreu.

Em razão da sua maior facilidade, pois os entrevistados e o entrevistador são policiais militares e com a devida autorização de quem de direito (Comandante Regional), as entrevistas foram feitas em vários ambientes do Quartel do 9º Batalhão, porém fora do horário de serviço dos policiais militares envolvidos.

O clima entre os entrevistados e o entrevistador foi bastante harmonioso e descontraído, sinal que os entrevistados entenderam por completo a natureza investigativa e contributiva que essa pesquisa possui. Outra constatação observada nas respostas e no próprio comportamento dos entrevistados durante as entrevistas, foi que o ambiente militar não pesou em desfavor da autenticidade e do poder de crítica a alguns apontamentos da vida na caserna.

Por terem sido entrevistas com a preocupação de extrair o ponto de vista do entrevistado quanto a algumas perspectivas na escrita dos policiais militares do Batalhão, o tempo médio dispendido para as respostas foi de 16 minutos e 15 segundos. Esse tempo está dentro que esperávamos para uma entrevista em que quatro perguntas necessitaram de maior reflexão para que fossem obtidas respostas mais completas.

3.3.2 Perfil dos Entrevistados

A nominata dos setes entrevistados também foi fruto do conhecimento que possuímos junto ao efetivo que atualmente trabalha no 9º Batalhão, em que procuramos expressar a quantidade de entrevistados em respeito aos critérios e de forma a manter uma proporcionalidade com o montante total de policiais militares do Batalhão, conforme segue no quadro:

Quadro 2 - Relação efetivo total do 9º BPM e número de entrevistados

GRAU HIERÁRQUICO	EFETIVO TOTAL	Nº DE ENTREVISTADOS
Oficiais	12	1
Sub Tenentes e Sargentos	35	2
Cabos e Soldados	215	4
TOTAL	262	7

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Ademais, acreditamos que a escolha de tais critérios nos proporcione condições de comportarmos um grupo de entrevistados bastante heterogêneo, fornecendo-nos um panorama mais aproximado do real, pois a leitura dos dados não se mostra viciada ou indevidamente elitizada, caso fosse realizada tão-somente com certo grupo de pessoas.

De acordo com tais parâmetros, as entrevistas tiveram um perfil bastante diversificado, conforme vemos no quadro que segue:

Quadro 3 - Relação dos entrevistados com os critérios de escolha

Nº	GRAU HIERÁRQUICO	TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
1	Capitão PM	13 anos e 7 meses	Pós-graduação em Direito Constitucional
2	3º Sargento PM	12 anos	Pós-graduação (lato sensu) em Metodologia do Ensino
3	3º Sargento PM	36 anos	Médio completo
4	Cabo PM	21 anos e 5 meses	Graduação em Direito
5	Cabo PM	21 anos	Fundamental completo
6	Cabo PM	19 anos	Pós-graduação em História e Educação Inclusiva
7	Soldado PM	1 ano e 3 meses	Mestrado em Engenharia Florestal

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

3.3.3 A Produção Textual dos Policiais Militares

As perguntas 4 e 5 da entrevista fazem uma sondagem mais específica da opinião que os entrevistados têm da produção textual dos policiais militares. Para iniciarmos nossa análise, temos que a pergunta de número 4 traz como eixo temático a busca uma informação do próprio entrevistado, que é prática da docência e da produção de textos.

Essa questão possui a possibilidade de múltiplas respostas, pois indaga sobre uma possível prática docente pelo entrevistado, assim como o potencial desenvolvimento de alguma atividade textual, ambas dentro ou fora da PMSC.

Comparando as informações desse quadro com a Quadro 3, que trouxe o perfil de cada entrevistado, inferimos três observações principais: a ausência de relação da docência com a escrita, a falta de nexos entre o nível de escolaridade mais elevado e a escrita, a ocorrência da escrita somente quando houve necessidade.

Em suma, com essa pergunta conseguimos aferir que a escrita não é uma prática comum entre os entrevistados, independentemente de seu grau hierárquico ou tempo de serviço na Instituição. Essas informações nos permitem também supor que os demais policiais militares do 9º BPM também não possuem o hábito da escrita.

Sobre essa carência constatada nas entrevistas, vimos que elas ratificam a contribuição dada no segundo capítulo por Santos Silva (2012, p. 13), que em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) expôs a seguinte conclusão que vale a pena ser retomada nesse momento: “no tocante a escrita voltada para o ensino policial militar, ainda percebemos uma produção escassa, somente nos últimos anos foram desenvolvidos alguns estudos relacionados a esse ensino em todo o país”.

Com relação a ausência de relação da docência com a escrita, temos que dos sete entrevistados, quatro (entrevistados 1, 2, 3 e 6) lecionam aulas teóricas ou práticas em cursos militares ou em estabelecimentos de ensino comuns, mas não possuem o hábito da produção textual. Por seu turno, os entrevistados 4, 5 e 7 nunca lecionaram, tampouco possuem a praxe da escrita.

As duas últimas perguntas indagam acerca da ação que sofre a produção textual dos policiais militares em decorrência da prática educacional implementada pela Organização.

Para tanto, a questão 6 foi concebida com o propósito de verificar o incentivo da Corporação para a leitura e a escrita. Essa indagação aborda, num primeiro momento, uma questão geral e, em seguida, faz uma pergunta de caráter personalíssimo, porém em ambos os questionamentos é colocado em xeque o fomento da Corporação para a leitura e a escrita.

As respostas já foram parcialmente dadas na questão anterior, em que os entrevistados apontaram a ausência de estímulo da Instituição como um dos fundamentos para a baixa produção textual. Nesse sentido, os entrevistados asseveraram que existe um mínimo impulso durante os cursos de formação e aperfeiçoamento, todavia fora desses momentos, a instigação não ocorre. O entrevistado 4 foi mais radical, afirmando que não ocorre incentivo em momento algum na carreira policial militar.

O único entrevistado que divergiu completamente foi o nº 3, o qual entende que há incentivo no Quartel para a leitura/escrita, “porque a própria profissão obriga o policial militar a procurar o conhecimento através da leitura”.

Então, com base na maioria das respostas, argumentamos que a PM pouco alavanca a leitura e a escrita, sendo nos cursos os momentos de exceção a essa regra. Brunetta (2012, p. 121), em seus estudos junto à Polícia Militar de São Paulo, igualmente acusou a falta de leitura como um dos fatores que fazem com que os alunos em cursos policiais militares não se interessem a escrever.

Alguns entrevistados explicaram suas razões para essa constatação, destacando-se as seguintes argumentações: Entrevistado 4: “Não há incentivo na Corporação para a leitura e escrita, pois a PM se preocupa com tantos problemas, em dar uma resposta imediata à sociedade, onde deixa para um segundo plano um olhar mais crítico”.

Essa alegação se encaixa com o parecer que Rolim (2015) teve quando assinalou que o conhecimento científico aparece como algo intangível, abstrato ou excessivamente teórico para a prática policial. Já o entrevistado 6 trouxe a seguinte contribuição: “A PM nunca o incentivou para a leitura e pesquisa sobre temas relativos aos trabalhos da PM”.

Já o sétimo eixo incide sobre a ingerência do processo educacional impingido pela PMSC na produção textual de seus membros. Uma das características mais comuns encontrada nas respostas está na evolução que vem sofrendo o processo de ensino da PMSC. Essa observação foi feita por cinco dos sete entrevistados, incluindo os mais experientes de caserna (entrevistados 3, 4 e 5), aos quais acreditamos possuírem maior legitimidade para atestarem essa melhoria.

Em suas palavras o entrevistado 4 disse o seguinte sobre a nova dinâmica de ensino militar: A PMSC vem evoluindo bastante no campo educacional, pois desde seu curso de formação, em 1994, percebe que a participação e o debate são comuns em sala quando nas instruções de revitalização.

Por seu turno, o entrevistado 5 forneceu a seguinte contribuição:

[...] a prática está mais aberta, possibilitando a pergunta e a divergência. Acredita que quando ingressou na PMSC o sistema de ensino era mais rígido, impossibilitando que o aluno se sentisse interessado a procurar outras fontes de conhecimento, pois a palavra do professor já bastava.

As declarações obtidas nos parecem emblemáticas, pois são oriundas de dois Cabos e vêm carregadas de informações positivas. A primeira é o parecer que o sistema educacional vem melhorando e o referencial trazido remonta há mais de 21 anos, já que ambos possuem esse tempo de Quartel, logo creditamos ser verídica essa alegação. Brunetta (2012) também chegou a essa conclusão expondo que atualmente há um consenso pela necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em segurança pública.

4 CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi pautada na investigação sobre a opinião que os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Criciúma – SC, possuem da produção de textos escritos pelos próprios policiais militares sobre assuntos inerentes às atividades da Polícia Militar.

Para que tivéssemos um resultado a contento, resolvemos percorrer um caminho que passou por uma explanação dos pontos principais da Instituição PMSC, a fim de melhor situar o leitor acerca do nosso objeto de estudo e conhecer como se organiza a sua área educacional.

Na sequência trouxemos aspectos educacionais para a análise, citando autores consagrados como Paulo Freire, Ângela Kleimann e Mário Osório Marques, bem como pessoas que se atreveram a pesquisar e escrever a sua experiência, em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, sobre algum aspecto na área educacional das Organizações Policiais Militares no Brasil.

Por derradeiro, levamos a efeito as entrevistas junto a um grupo de policiais militares do 9º Batalhão e desse instrumento conseguimos extrair várias inferências relevantes para o alcance dos objetivos desse exame.

Por sinal, o nosso propósito maior foi entender como os policiais militares do 9º Batalhão de Criciúma observam a produção textual dos próprios milicianos com relação a temas destinados a sua atividade laborativa, algo que entendemos ter sido alcançado. A conquista desse objetivo se deu em razão de analisarmos o ponto de vista dos entrevistados de forma conjunta com o processo de ensino promovido pela PMSC e as fontes pesquisadas sobre assuntos correlatos.

Como resposta, tivemos, por parte dos entrevistados, que existe uma baixa produção textual por parte dos policiais militares em razão das pessoas não terem o hábito da leitura e da pesquisa, o que influencia sobremaneira na escrita. Esta falta de hábito tem início antes mesmo de o indivíduo adentrar na Corporação e é robustecida por conta da ausência de ações incentivadoras no processo educacional da Organização.

No tocante à qualidade, percebemos que os entrevistados possuem a compreensão que a escrita técnica é deficitária, por se tratar de uma ação essencialmente mecânica e objetiva, pois o documento operacional a ser produzido não permite uma acurada análise por parte de seu elaborador.

Aliás, entendemos que a revisão de posturas no meio educacional pode servir de pedra-de-toque para mudanças em outras áreas do meio militar, principalmente no que tange à legitimação de suas ações no atual cenário da segurança pública.

A redemocratização do Brasil já dista 30 anos e nesse tempo a forma de se assegurar a tranquilidade de todos sofreu mutações, algumas advindas de forma traumática e outras de forma mais civilizada. Em muitos destes casos a evolução se sobressaiu em razão do estudo, da busca e do querer não repetir velhos erros.

Nesse quadro evolutivo, a escrita tem papel importante, pois dela se expõe o conhecimento agregado, exterioriza-se pensamentos e se produz doutrina sobre certo tema. Nessa linha, a escrita originada de um policial militar se apresenta como mais um estágio da apreensão do conhecimento e pode se contrapor a ideias falaciosas e impraticáveis, algo que comumente ocorre na seara da segurança pública quando percebemos proposições que são a verdadeira panaceia para todos os males.

Sendo assim, tentamos trazer à tona esse debate e iluminar as nossas mentes com algumas propostas por meio da via acadêmica, todavia sabemos que a investigação não para por aqui, pois somente com o profícuo interesse é que alcançaremos um caminho seguro a ser trilhado não somente pelo 9º Batalhão ou pela PMSC, mas por todas as Polícias Militares do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BRUNETTA, Antonio Alberto. **Reforma intelectual da Polícia Militar**. Araraquara: UNESP, 2012. Tese de doutorado.
- CARDOSO, Zinder José Guedes. **A importância da concepção humanista na formação do policial militar de Santa Catarina**. Florianópolis: CEPM, 2004. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMSC.
- CHRISTOFOLI, Maria Conceição Pillon. **A aprendizagem da língua escrita: construção dos processos de ler e escrever**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese de Doutorado.
- CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FREIRE, Paulo Reglus. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/.../Pedagogia_do_Oprimido.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2014b.
- _____. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. 24. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FUZZI, Ludmila Pena. **O que é pesquisa de campo?** Disponível em: <http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- KATO, Mary A. **Processo de decodificação: a integração do velho com o novo em leitura**. Disponível em: <<http://tpleitura.pbworks.com/w/file/attach/52614709/Kato%20-%20Processos%20de%20Decodifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.
- KLEIMANN, Angela B. Descrevendo a leitura. In: ____ **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2008a.
- _____. Sobre o sujeito na interação. In: ____ **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2008b.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.
- LEFFA, Vilson J. O conceito de leitura. In: ____ **Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística**. Porto Alegre: Sagra D.C. Luzzatto Editores, 1996. p. 9-24.
- MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Tubarão: Copiart, 2012.
- _____. **O TCC e o fazer científico: da elaboração à defesa pública**. Tubarão: Copiart, 2015.
- NASCIMENTO, Daniele Alcântara. **Concepções da educação policial: o que pensam os professores**. Curitiba: CRV, 2013.
- NOVAES, Maria Helena. **Psicologia do ensino-aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 1977.
- PEREIRA, Marcos Villela. **A escrita textual – do excesso ao razoável**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, v.18, n.52, jan/mar. 2013.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC). **Norma Geral de Ensino**. Florianópolis: Diretoria de Instrução e Ensino, 2015a.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Florianópolis: Diretoria de Instrução e Ensino, 2015b.

PONCIONI, Paula Ferreira. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/3/1>>. Acesso em 03 fev. 2015.

_____. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 dez. 2014.

ROLIM, Marcos. **Caminhos para inovação em segurança pública no Brasil**. Disponível em: <<http://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/CAMINHOS%20PARA%20A%20SEGURANCA%20PUBLICA.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2015.

REDONDO, Raul Angel Iturra. **O processo educativo: ensino ou aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC1/Iturra.pdf>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2015.

SANTOS SILVA, Antonia Maria dos. **A formação de praças da Polícia Militar do Piauí: uma análise a partir da prática pedagógica do Oficial formador**. Teresina: UFPI, 2012. Dissertação de mestrado.

SILVA, Ilton Benoni da. **Inter-relação: a pedagogia da ciência: uma leitura do discurso epistemológico de Gaston Bachelard**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

SOUZA E SILVA, Maria Alice Setubal. **Conquistando o mundo da escrita**. São Paulo: Ática, 1994.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.